



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1359 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

Entre experiências... de crianças e adolescentes abrigados, professores e educadores.
Alcione Januária Teixeira da Silveira - UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

RESUMO: Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento com objetivo de investigar o processo de escolarização de crianças e adolescentes institucionalizados no âmbito de suas experiências sociais e da sua relação com os professores(as) e educadores(as). A metodologia proposta é de abordagem qualitativa, na qual serão realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro adolescentes, quatro educadores, quatro professores e um técnico da unidade. Para discutir sobre a relação social que se estabelece entre os abrigos e as escolas e, de modo particular sobre os processos de escolarização de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, torna-se imprescindível apresentar o referencial teórico que utilizamos ao tratar dessas relações. Tomamos como fundamento a noção de experiência social de François Dubet, porque entendemos ser uma noção que contribui para pensar e discutir as diversas dimensões do social e da cultura, nas situações vivenciadas pelas crianças e adolescentes, e pelos profissionais do abrigo e da escola no tocante à escolarização.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes. Educadores. Escolarização. Experiência Social. Professores. Institucionalização.

Título: Entre experiências... de crianças e adolescentes abrigados, professores e educadores.

RESUMO: Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento com objetivo de investigar o processo de escolarização de crianças e adolescentes institucionalizados no âmbito de suas experiências sociais e da sua relação com os professores(as) e educadores(as). A metodologia proposta é de abordagem qualitativa, na qual serão realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro adolescentes, quatro educadores, quatro professores e um técnico da unidade. Para discutir sobre a relação social que se estabelece entre os abrigos e as escolas e, de modo particular sobre os processos de escolarização de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, torna-se imprescindível apresentar o referencial teórico que utilizamos ao tratar dessas relações. Tomamos como fundamento a noção de experiência social de François Dubet, porque entendemos ser uma noção que contribui para pensar e discutir as diversas dimensões do social e da cultura, nas situações vivenciadas pelas crianças e adolescentes, e pelos profissionais do abrigo e da escola no tocante à escolarização.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes. Educadores. Escolarização. Experiência Social. Professores. Institucionalização.

Introdução

O universo das unidades de acolhimento ainda é pouco explorado nas pesquisas em educação, principalmente quando a temática central é a sua relação com a escolarização dos adolescentes acolhidos e com a escola. Diante disso, se configura o objeto desta pesquisa que envolve as experiências de escolarização de adolescentes em situação de acolhimento institucional, na perspectiva dos próprios adolescentes, de seus educadores e professores.

Este pôster apresenta uma pesquisa de Mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto que tem como objeto de estudo as experiências de escolarização de adolescentes institucionalizados em locais de acolhimento. O seu objetivo é investigar os processos de escolarização de crianças e adolescentes institucionalizados no âmbito de suas experiências sociais e da sua relação com os professores(as) e educadores(as).

Essa pesquisa está sendo desenvolvida em um desenho metodológico qualitativo, englobando a aplicação de questionários e de entrevistas semiestruturadas. O processo de coleta de dados envolverá três etapas, sendo que a primeira, será o processo de seleção, a partir de alguns critérios essenciais:

- a) Educadores atuantes na unidade campo da pesquisa: todos os quatro profissionais em exercício na unidade.
- b) Crianças e adolescentes: que estejam frequentando o ensino fundamental I ou ensino fundamental II, sendo dois do sexo masculino e dois do sexo feminino, e ainda, que tenham tempo de permanência na instituição acima de um ano. Os critérios de tempo na instituição e etapa de escolarização se justificam tendo em vista o objeto da pesquisa, que articula experiências de escolarização e de institucionalização.
- c) Para seleção dos professores, serão entrevistados os docentes que lecionam para essas crianças ou adolescentes selecionados e que de preferência passam mais tempo com os mesmos, no caso do Ensino Fundamental II (preferencialmente professores de Português e Matemática, disciplinas que normalmente têm uma carga horária semanal maior no currículo escolar).

Na segunda etapa da pesquisa, serão realizadas as entrevistas com os/as quatro crianças/adolescentes selecionados na primeira etapa, seus professores e educadores, mediante os critérios definidos. A terceira etapa consistirá na aplicação de um questionário ao técnico responsável pela unidade com a finalidade de coletar dados complementares sobre as crianças/ adolescentes investigados.

A Institucionalização no Brasil

O Brasil possui uma longa trajetória de internação de crianças e adolescentes, com discurso de protegê-las ou afastá-las do convívio social e familiar. Esses afastamentos se materializaram em grandes instituições de longa permanência, os chamados orfanatos, internatos, educandários, asilos entre outros, assim como mostra o estudo “Um Olhar Mais Atento aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes no País”, (BRASIL, 2013).

No entanto, apesar da evidência de que na atualidade podemos identificar traços dessa trajetória de internação que persistem materialmente ou simbolicamente, Rizzini (2004) chama atenção para as mudanças ocorridas no atendimento institucional de crianças e adolescentes ao longo dessa história no Brasil. Decorrente, desse processo histórico de mudanças, em 1988, a nova Constituição Federal representou um marco no que tange à garantia de direitos básicos, em especial nesse caso, em seus artigos 227 e 228 que contemplam a proteção integral às crianças e adolescentes. Em seguida, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (ECA), foram definidas novas diretrizes e uma nova legislação que passou a regular e orientar as práticas de proteção e, também de internação de crianças e adolescentes.

Acolhimentos de crianças e adolescentes no Brasil e as famílias

Atualmente, mediante a proposta das orientações técnicas do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, crianças e adolescentes devem ir para programas de acolhimento, apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade. Diante de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis, as crianças e adolescentes passam a ser encaminhadas para serviço de acolhimento como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (BRASIL, 2009).

Sendo assim, seguimos com a proposta de pensar sobre a família, há de considerar que é um assunto muito complexo, Goldani (1993) diz que a família brasileira sofreu transformações nas atribuições e nos papéis de seus membros, redefinições. Afirma que a família sofreu mudanças em um sentido mais democrático das relações, enfatiza ainda que, mesmo diante disso, “parece haver um modelo hegemônico de família que o imaginário das pessoas constrói” (GOLDANI, 1993, p. 88). Fato é que, segundo Costa (2009), a família, em arranjos e dinâmicas diferenciadas, continua compreendida como mecanismo social central da sociedade, e permanece como matriz de socialização das pessoas.

Segundo o documento (BRASIL, 2006) é indispensável visualizar a família em constante transformação e evolução a partir da relação de trocas, das mudanças nas configurações familiares que estão relacionadas aos contextos vividos, tanto político, jurídico, econômico, cultural e social. Assim, a família nuclear tem convivido com as diversas organizações familiares, são famílias monoparentais, descasadas, recasadas, com membros de diferentes gerações, casais homossexuais, entre outros. As famílias, dentro de sua individualidade, são capazes de se reorganizar diante de suas dificuldades e desafios, de elevar ao máximo as suas capacidades, de transformar suas crenças e práticas para consolidar novas formas de relações e daí a importância, de acordo com o documento, de insistirmos no investimento do fortalecimento dos vínculos familiares em situação de vulnerabilidade.

A escola e o abrigo: a escolarização como experiência social

A experiência social para Dubet (1994) é definida pela combinação de várias lógicas de ação. Uma vez que sua unidade não é dada, provoca uma atividade dos indivíduos, uma capacidade crítica e uma distância em relação a si mesmos, essa distância é social, é construída na distinção das lógicas e da ação. Vale enfatizar que a ação social é entendida, nessa perspectiva, como “a realização das normas e dos valores institucionalizados nos papéis interiorizados pelos indivíduos” (p.105), sendo assim os valores e normas definem as relações sociais.

Nesta perspectiva para se compreender experiências de escolarização de crianças e adolescentes em situação de abrigo é necessário compreender todas as dimensões das desigualdades sociais às quais estão submetidas como também colocar a própria experiência em evidência.

Diante disso, é inegável considerar que as vivências dessas crianças e adolescentes não possam afetar de alguma forma sua vida escolar. Dubet (1994) descreve que a socialização é fruto da ação social, ressalta que ela não é total, não porque o indivíduo escape ao social, mas porque a sua experiência se inscreve em registros múltiplos, é nisso que assenta aquilo que se poderá considerar como a autonomia do indivíduo, a experiência social aparece como uma maneira de construir o mundo.

Considerações

Dialogando com os autores citados, ressalta-se o quão complexo é o tema e as descrições que ele abarca, na tentativa de melhorar o atendimento e as políticas para o atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Nesse viés, e na hipótese dessa pesquisa, os processos de escolarização e os itinerários escolares de crianças e adolescentes institucionalizados em abrigos sob tutela do Estado, além de uma clivagem imposta pela origem social e cultural, são influenciados pelas condições sociais e educacionais vivenciadas por eles em uma dupla experiência social nos abrigos e nas escolas.

Referências

BRASIL. Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF: 2009.

BRASIL. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília: CONANDA, 2006.

Conselho Nacional do Ministério Público. Relatório da Infância e Juventude. Relatório da Infância e Juventude - Resolução nº 71/2011: **Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país** Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.108 p. il..

COSTA, LF. **Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos** In: NASCIMENTO, AD.; HETKOWSKI, TM., orgs. Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009. p.356-371.

DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Coleção: Epistemologia e Sociedade sob a direção de António Oliveira Cruz; Tradução: Fernando Tomaz; Capa: Dorindo Carvalho. EditonsduSeuil, 1994.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Equipe de realização – Tradução: Dante Moreira Leite; Revisão: Antenor Celestino de Souza; Produção: Lúcio Gomes Machado; Capa: Moysés Baumstein. Editora Perspectiva, 1974.

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação** Cadernos Pagu (1), Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1993, pp.67-110.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente/ Irene Rizzini, Irma Rizzini**. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo : Loyola, 2004.